

# “Manhãs da APEMETA”: Digitalização é caminhar no sentido da descarbonização, defendem especialistas

9 de Novembro, 2021

“A Digitalização ao Serviço da Eficiência Energética nos Edifícios” esteve, recentemente, em destaque em mais uma edição das “Manhãs da APEMETA”, promovido pela Associação Portuguesa de Empresas de Tecnologias Ambientais. Ao longo da manhã, a digitalização foi a palavra de ordem, não restando quaisquer dúvidas sobre os benefícios que acarreta para os edifícios e, conseqüentemente, para a descarbonização. No entanto, há desafios que merecem ser destacados como a privacidade e a segurança, os bloqueios económicos ou, até, a democratização de acesso a todos os sistemas que a digitalização oferece.



Começando pela privacidade, **Diogo Drumond**, sócio-gerente da DTWay, constata que é um desafio, mas considera que a segurança é algo que mais preocupa: “Quando se trata da privacidade, a questão que se lança é ‘Como é que os dados são geridos?’”. Partindo desta questão, **Diogo Drumond** explica que aquilo que fazem “é recolher dados anonimizados em relação às pessoas”, procurando “integrar a informação estritamente necessária para a função de um sistema” e “ignorando por completo todos os dados pessoais dos utilizadores ou dados específicos dos negócios”.

Quem parece concordar com a mesma ideia é **Rui Fragoso**, chefe do departamento de projetos da ADENE: “A segurança é um aspeto relevante e, do ponto de vista da privacidade e dos dados, tudo depende dos domínios e daquilo que estamos a falar e utilizar”. Aquilo que o responsável defende é “fazer uma boa identificação da tipologia dos dados” e a sua “diferenciação”, isto é, perceber “quais são os dados”; “o que é útil e necessário” para as diversas funções particulares do edifício ou, até, numa “perspetiva de política energética” e, depois entender “o que é lícito aceder e essas regras estarem bem definida. O comprometimento vai muito também das regras que se vão definindo e a diferenciação das diversas tipologias”, sucinta.

Também **Jorge Araújo**, diretor da Smartwatt, defende a “anonimização” de dados:

“As regras são fundamentais e, na prática, vão sendo criadas mais regras específicas para que possamos contar com os sistemas e com a sua potencialidade e não interferir com a privacidade de cada um”. Outro aspeto que é defendido e praticado pela Smartwatt é o “trabalho” com entidades para automatizar processos, como é o caso dos processos de reclamação: “É possível de se fazer um conjunto de atividades sempre dentro do âmbito do RGPD (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados) e daquilo que são as regras estipuladas para os sistemas regulados”. Em matérias de privacidade, o responsável considera que já existe muito conhecimento para precaver a questão.

***[blockquote style="2"]A legislação existe para ajudar no sentido de dar ênfase àquilo que é necessário fazer[/blockquote]***

Relativamente à legislação que vai surgindo em matérias de digitalização nos edifícios, aquilo que é defendido por **Diogo Drumond** é que seja “o mercado a trabalhar” e que as “oportunidades que existem de procurar rentabilidade no investimento em sistemas de automação e controlo sejam vistas de uma forma transversal” sem obrigação da legislação, com “o próprio mercado a funcionar só por si”. Contudo, o que se tem verificado, segundo o responsável, é a “falta de um carácter agregador” a toda a indústria: “Há uma lacuna na parte de operação dos edifícios em conseguir extrair valor da infraestrutura e falta foco nesta área, nomeadamente em mobilizar recursos com *know-how* específico para tirar partido de um sistema”. Das visitas que fazem aos edifícios, Diogo Drumond constata que há “pouca sensibilidade” sobre estes temas: “Isto só funciona se houver uma indústria por trás”, atenta. Aliás, os “ganhos adquiridos vão ser de tal forma representativos” que, precisa o responsável, a tecnologia vai permitir que esses ganhos sejam “efetivos, medidos e demonstrados” que não há forças de bloqueio para esta implementação: “Seguramente, daqui a quatro anos, vamos comprovar as mais valias da digitalização num edifício”.

Para **Jorge Araújo**, a legislação existe para ajudar no sentido dar ênfase àquilo que é necessário fazer: “Temos a década 2030 com um conjunto de questões que o público já tem incorporado e a digitalização é já uma realidade”. O responsável da Smartwatt não tem dúvidas de que Portugal tem os “ingredientes necessários” para a verdadeira transição: “A exigência do utilizador, a legislação a colaborar no sentido de dar algumas indicações do que deve ser feito, os investidores interessado em investir: tudo isto faz com que o processo de digitalização nos edifícios seja real”.

Por seu turno, **Miguel Lemos**, diretor executivo da Grosvenor, olha para a digitalização como uma “conjugação de interesses” para salvar o planeta, a sociedade e as empresas: “Se existe a legislação ou ferramentas para promover as soluções, também caminhamos num sentido em que que existe atratividade”, traduzindo-se em “ganhos para os investidores” e, conseqüentemente, para a “descarbonização” que é apoiada pelas tecnologias nos edifícios.

***[blockquote style="1"]Democratizar o acesso à digitalização[/blockquote]***

Outro “bloqueio” que deve ser tido em conta passa pela “conjugação de aspectos que parecem que não são compatíveis”, como é o caso da “pobreza

energética” e o acesso à “digitalização”, sendo, muitas vezes, “temas tabu” vistos como incompatíveis. Aquilo que **Rui Fragoso** defende que a implementação de sistemas devem ser democratizados: “As próprias estratégias para mitigação da pobreza energética poderão e devem integrar estes aspetos de natureza mais sofisticada, de forma a que não tenhamos aqueles edifícios considerados de elite”. Por isso, a tentativa de “democratizar todas estas iniciativas para todos os domínios e todos os utilizadores” é crucial, defende o responsável da ADENE.

Como notas finais, Rui Fragoso constata que o tema da digitalização, por via de todas as iniciativas de cariz europeu e nacional, devia ser mais transparente: “Deve haver uma perceção clara de qual é que é o papel de um Estado em diversas frentes quando promove a digitalização, quais as obrigações para as empresas, quais os novos indicadores que são criadas e que obrigações específicas vão surgindo”. Portanto, o desafio passa pela “articulação de todo o cenário da digitalização em diversas frentes”, refere. Outro aspeto que mereceu a atenção do responsável da ADENE é a “capacitação de técnicos” e a “sensibilização” aos consumidores sobre o papel que a digitalização pode dar: “O objetivo é que isto não seja uma obrigação, mas que os benefícios consigam ser apropriadas da implementação de todas estas obrigações”.